



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA E EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO INTERNA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA - GO, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

2. LEGISLAÇÃO

Conforme disposições do inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021, a Câmara de Sanclerlândia/GO, faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.”

3. JUSTIFICATIVA

a) A realização desta presente dispensa para aquisição de materiais de papelaria e expediente para utilização interna na Câmara Municipal de Sanclerlândia - GO, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme as necessidades da câmara municipal, é necessária por se tratar de um órgão público, com uma secretária, e grande circulação de documentos e serviços internos de secretaria, a Câmara Municipal de Sanclerlândia necessita da aquisição periódica de materiais de papelaria e escritório, visando dar prosseguimento aos trabalhos realizados, e tendo em vista que nosso estoque encontra-se próximo de terminar, o momento se mostra oportuno para realizar a aquisição de novos materiais, visando suprir os aqueles que estão próximos de acabar. Tendo em vista que os materiais são essenciais para continuidade do trabalho interno desta Câmara, a aquisição periodicamente se faz necessária, sendo, portanto, oportuna sob os aspectos financeiros e legais;

b) Justifica-se a indicação da marca em alguns produtos, no artigo 41, I, “a” e “d” da Lei nº 14.133/2021;

c) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo;

d) Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Segue abaixo especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência:

ITEM	PRODUTO	QTD			VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PAPEL A4	12	CAIXA com 10 resmas	120 – RESMAS	35,16	4.219,20
2	PASTA DE A A Z GRANDE E PEQUENA	50	UNIDADE	TAM-G	19,43	971,50
3	CANETA BIC CRISTAL AZUL E VERMELHA	5	CAIXA		49,85	249,25
4	LAPISEIRA 0.7 PENTEL	10	UNIDADE	JOCAR	7,31	73,10
5	CAIXA PARA ARQUIVO	10	UNIDADE	PLASTICA	10,96	109,60
6	MARCADOR DE TEXTO	8	UNIDADE		4,72	37,76
7	LIVRO ATA 100 E 200 PAGINAS	5	UNIDADE		24,64	123,20
8	COLA BRANCA	6	UNIDADE	90g	3,33	19,98
9	REGUA	5	UNIDADE		3,51	17,55
10	EXTRATOR DE GRAMPO	2	UNIDADE		1,64	3,28
11	TINTA PARA CARIMBO	2	UNIDADE		9,00	18,00
12	GRANPEADOR GRANDE	5	UNIDADE		69,60	348,00



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

13	CLIPES GRANDE	5	CAIXA		10,16	50,80
14	CLIPES MEDIO	5	CAIXA		8,20	41,00
15	CLIPES PEQUENO	5	CAIXA		7,54	37,70
16	ENVELOPES GRANDE	60	UNIDADE		1,51	90,60
17	ENVELOPES MEDIO	60			0,87	52,20
18	ENVELOPES PEQUENO	60			0,46	27,60
19	ETIQUETAS ADESIVAS	10	UNIDADE		4,96	49,60
20	PASTA CATALAGO	10	UNIDADE	50 fls	44,24	442,40
21	GRAMPOS PARA GRANPEADOR GRANDE	3	CAIXA		9,32	27,96
22	GRAMPOS PARA GRANPEADOR PEQUENO	3	CAIXA		6,49	19,47
23	PASTA ABA ELASTICO 245MM X 30MM X 335MM	10	UNIDADE		8,50	85,00
24	PASTA ABA ELASTICO 335MM X 235MM	10	UNIDADE		3,35	33,50
25	PASTA L	25	PACOTE		3,76	94,00
26	PASTA SANFONADA	5	UNIDADE		23,63	118,15
27	PASTA GRAMPO	10	UNIDADE		2,66	26,60
28	TRILHO PLASTICO	3	PACOTE	50 unds.	15,89	47,67
29	PEN DRIVES	3	UNIDADE	8GB	39,80	119,40
30	BLOCO PARA ANOTAÇÕES ADESIVOS	10	UNIDADE		8,00	80,00
31	UMICEDOR DE DEDOS	2	UNIDADE		3,92	7,84
32	GRAFITES 0.7	5	UNIDADE		2,33	11,65
33	CORRETIVO LIQUIDO	3	UNIDADE		4,15	12,45
34	FITA TRANSPARENTE	4	UNIDADE	GROSSO	14,20	56,80
35	FITA CREPE ADESIVA	3	UNIDADE	FINA	9,53	28,59
36	CORDÃO - BARBANTE	2	UNIDADE		24,22	48,44
37	CALCULADORA	4	UNIDADE		21,00	84,00
38	PILHAS PEQUENA	30	UNIDADE		3,74	112,20
39	PILHAS MEDIA	30	UNIDADE		6,16	184,80
40	CADERNO CAPA DURA	2	UNIDADE		10,95	21,90
41	PRANCHETA ACRILICO	4	UNIDADE		19,49	77,96
42	AGENDA 2026 – CAPA DURA	2	UNIDADE		31,30	62,60
43	LAPIS PRETO	4	UNIDADE		2,99	11,96
VALOR MÉDIO GLOBAL		R\$ 8.355,26				

4. DA PESQUISA DE PREÇOS

Para dar início ao presente processo, a Administração procedeu à cotação de preços com fornecedores do ramo, onde obtivemos o seguinte valor médio: Valor médio global: R\$ 8.355,26 (oito mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme tabela acima.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor valor global.

6. PRAZO CONTRATUAL

O termo contratual a ser celebrado para a presente contratação terá por prazo até 31 de dezembro de 2026, contados da assinatura do mesmo.

7. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO LOCAL

Os serviços deverão ser prestados na dependência do Poder Legislativo ou remotamente, a depender da



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

necessidade.

8. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A Administração reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual e, para tanto, nomeará gestor contratual.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta da seguinte dotação 0214.01.031.0001.2001.339030 - 100 – Ficha 20260012.

10. DA BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS

Visando cumprir o §3º do art. 75, da Lei 14.133/2021, o legislativo antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no site oficial aviso de dispensa, este termo de referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que empresas interessadas possam no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar suas propostas orçamentárias.

Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração, desde que as empresas atendam aos requisitos exigidos para a prestação dos serviços e após, apresentem os documentos necessários de habilitação.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A documentação e proposta/preços deverão ser entregues na secretaria geral da Câmara Municipal de Sanclerlândia no endereço: Praça Três Poderes nº. 7-A – Centro – CEP 76.160-000, mediante protocolo ou através do E-mail: secretariageral@sanclerlandia.go.leg.br até às 17h00min (horário de Brasília) do dia 20 de janeiro de 2026.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Habilitação jurídica:

12.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

12.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

b.2) Certidão de Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, da dívida ativa do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

b.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida no local do domicílio ou sede da licitante.

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.3.1. Os materiais a serem fornecidos devem atender aos seguintes critérios:

a) Serem novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

b) Produtos de primeira linha, garantindo qualidade e durabilidade;

c) Embalagens originais e lacradas de fábrica;

d) Caso haja produtos com defeitos ou divergências, a substituição deverá ser feita no prazo máximo de 48 horas após notificação, sem custo adicional para a Câmara Municipal.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais devidamente conferidas e assinadas pelo Diretor/Gestor do Departamento, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

13.2. A nota deverá ser enviada via e-mail ou entregue em mãos na sede da Câmara Municipal.

13.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ocorrer por meio dos Sistemas de Cadastro do Município ou pelo SICAF.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. DAS PARTES

14.1. DO LEGISLATIVO

14.1.1. Dar condições a CONTRATADA para a devida prestação dos serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.1.2. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento; indicar responsável pelo acompanhamento da execução deste contrato.

14.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja reparado ou corrigido;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

14.1.5. Permitir acesso dos funcionários da Contratada ao local para prestação do objeto contratado; comunicar a Contratada sobre qualquer irregularidade na prestação do objeto.

14.2. DO CONTRATADO

14.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.2.2. Prestar os serviços objeto deste contrato conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

14.2.3. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato a terceiros, sob pena de rescisão.

14.2.4. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga.

14.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Dispensa de Licitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

15.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 15.1.12. Bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



Estado de Goiás

CÂMARA MUNICIPAL DE SANCLERLÂNDIA

PRAÇA TRÊS PODERES Nº. 7-A – CENTRO – CEP 76.160-000 - FONE 0800 454 6354

(Biênio 2025/2026)

- 15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 15.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 15.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Sanclerlândia - GO, 14 de janeiro de 2026.

DIVINA ETERNA PASCOAL
Agente de Contratação